

Os privados na limpeza

A Câmara Municipal do Porto faz "ouvidos mousos" à providência cautelar que suspende a concessão do lixo a privados, estando já a organizar o processo da transferência dos trabalhadores para a SUMA e a GSC, tendo promovido, no dia 24 de Outubro, reuniões com os trabalhadores da limpeza e representantes destas empresas. As reuniões confirmaram e acentuaram as preocupações dos trabalhadores quanto às condições em que a transferência se fará, por não estarem devidamente acautelados os seus direitos. Por exemplo, a empresa SUMA pretende que os trabalhadores se desloquem diariamente pelos seus meios para a Maia, onde tem os

seus estaleiros, para aí "pegarem ao trabalho", o que está a criar grande descontentamento.

Aliás, a Câmara consciente de que esta deslocação diária para a Maia constitui uma penalização, utilizou-a como pressão, apelando para que os trabalhadores se ofereçam para as privadas, argumentando que os primeiros que o fizerem irão para a GSC, uma vez que os que forem para esta Empresa não necessitarão de se deslocar para a Maia. Igualmente não são garantidas instalações adequadas para os trabalhadores se fardarem e desfardarem, procederem à sua higiene pessoal, etc. nos locais onde passarão a dar início à sua jornada de trabalho.



Por outro lado irão verificar-se mudanças de turno, com novos horários em que uns turnos ficam na mesma (20,30h), outros acabam (meia noite), outros ainda serão mudados, criando a incerteza e instabilidade para os trabalhadores. É necessário que os trabalhadores estejam unidos e lutem para que a Câmara dê garantias de que os seus direitos e condições de trabalho sejam assegurados.

Aplicação das penas disciplinares voltam às reuniões da Câmara

Rui Rio e a maioria PSD/CDS-PP tinham decidido que, ao contrário do que está definido por Lei e constituía prática na Câmara, a aplicação da proposta de penas resultantes de processos disciplinares deixava de ser uma decisão da Câmara para passar a ser uma prorrogação do Vereador com o Pelouro dos Recursos Humanos ou do Presidente. Como é seu costume, Rui Rio deu uma "roupagem social" a esta ilegalidade, procurando fazer crer que os problemas internos não deviam ser tratados nas reuniões da Câmara onde podiam assumir uma visibilidade pública. No entanto, a verdade é que o objectivo foi o de aplicar penas de uma forma discricionária,

em muitos casos desproporcionadas face à infracção cometida, ou a aplicar penas distintas a infracções semelhantes mas cometidas por diferentes funcionários), sem que as mesmas pudessem passar pelo crivo da apreciação da totalidade dos Vereadores que compõem o Órgão Câmara Municipal.

Apenas quando os trabalhadores recorriam para os Tribunais alegando a ilegalidade do processo de aplicação das penas (e a quem, normalmente, os Tribunais davam razão) é que Rui Rio levava os processos às reuniões da Câmara – agendando-os, normalmente, para sessões públicas (onde estão presentes Jornalistas), não se importando, aí, de tratar

publicamente os problemas internos... O Vereador da CDU sempre se recusou a pactuar com esta situação, não aceitando participar nessas votações e apensando às actas uma declaração em que contestava a legalidade do processo.

Não obstante Rui Rio ter pedido um parecer jurídico para fundamentar a sua ilegalidade (onde gastou uns milhares de euros de dinheiros públicos), a verdade é que as sucessivas derrotas que sofreu nos Tribunais o obrigaram a recuar. Por isso, hoje, e como a CDU sempre defendeu, as propostas de aplicação de penas disciplinares passaram a ser apreciadas e votadas pela Câmara.



Assembleia da Organização da Cidade do Porto, realizada em 15 de Novembro, para debate das Teses e eleição dos delegados ao Congresso

Markado pelo Comité Central para os dias 29, 30 de Novembro e 1 de Dezembro no Campo Pequeno em Lisboa, o XVIII Congresso do Partido Comunista Português constituirá um processo de grande envolvimento e participação dos militantes comunistas na vida democrática do seu Partido, das forças dos ideais, das causas e dos objectivos do PCP.

CÓDIGO DO TRABALHO Ao serviço da exploração e do lucro!

O Governo quer por os trabalhadores a trabalhar mais e a ganhar menos: Sócrates diz que não, mas a verdade vem sempre ao de cima e é Francisco Vanzeler presidente a CIP (a confederação do grande patronato da indústria) que diz: "foi uma vitória nossa", "no fundo é para acabar com o conceito de horas extraordinárias, trabalhar mais duas horas por dia passa a ser regular".

Falta de confiança nos quadros municipais



A política da actual maioria Camarária em relação aos quadros municipais continua a ser de clara subestimação e de falta de confiança, de que é exemplo a contratação de uma avençada licenciada em Engenharia alimentar, para gerir o Teatro Rivoli a ganhar 3.790€, para exercer as seguintes e "complexas" tarefas (sabendo-se que as salas de espectáculos estão cedidas a uma empresa que assegura a sua gestão):

- acompanhar, supervisionar e garantir o cumprimento pontual e integral de todos os contratos de ocupação do Teatro Rivoli;
- apresentar mensalmente um relatório exaustivo sobre a actividade por si desenvolvida, com referência, nomeadamente, às necessidades de manutenção daquele equipamento;
- emitir factura ou recibo por cada pagamento realizado pelo Município."

Não há, entre os quadros do Município do Porto, nenhum funcionário com habilitações suficientes para cumprir esta tarefa, sem que tal implique custos adicionais para o erário público?

Naturalmente que há, mas Rui Rio prefere dar tachos aos amigos...

PLENÁRIO DA CÉLULA DO PCP

Realizou-se no passado dia 11 de Outubro o plenário da célula da Câmara, que contou com a presença de membros do Partido dos diversos sectores, tendo apreciado a situação social e as principais preocupações com que se defrontam os trabalhadores municipais. Foi reafirmado o apoio e estímulo do PCP à unidade, organização e luta dos trabalhadores municipais, condição fundamental para uma mais eficaz defesa dos seus interesses.

Águas do Porto



Os horários continuam a ser alterados a bel-prazer, prejudicando vários trabalhadores. As alterações são comunicadas com poucas horas de antecedência, criando problemas na vida familiar dos trabalhadores, designadamente no que concerne à tão proclamada necessidade de conciliar o trabalho com a vida familiar/pessoal dos trabalhadores (há que ir levar e buscar os filhos aos jardins de infância, às escolas, etc.).

Em finais de Setembro, Rui Rio, Poças Martins, Castelo Branco e Sampaio de Pimentel foram às Águas para, "felicitarem os trabalhadores" pelo facto de a Empresa ter atingido nos primeiros seis meses de 2008 os objectivos propostos.

Não faltou bolo e champanhe e utilizando a política do "pau e da cenoura", "acenaram com a possibilidade de premiarem os trabalhadores no final do ano com a chamada "distribuição de lucros". Esqueceram-se foi de incluírem nos objectivos o respeito pelos direitos e interesses dos trabalhadores.

GOVERNO PS AGRAVA INJUSTIÇAS

A pobreza afecta 2 milhões de portugueses e enquanto a situação dos trabalhadores e da maioria da população se agrava, os 100 mais ricos de Portugal acumulam uma fortuna colossal de 32 mil milhões de euros e a remuneração dos gestores das empresas cotadas na bolsa atinge valores da ordem dos 31,5 mil euros mês por cada membro do conselho de administração.

É a consequência do agravamento das injustiças sociais promovida pelos sucessivos governos e fortemente agravada pelo governo do PS.

**E' TEMPO DE LUTAR
E' TEMPO DE MUDAR!**
Mais força ao PCP

Por aumento real de salários, pela defesa do emprego público com direitos